Amazônia: desenvolvimento controvertido e incerto

Murilo Xavier Flores
CNPDA, Embrapa

A ainda tímida emergência de preocupações ecológicas, o fracasso de alguns empreendimentos econômicos que se revelaram predatórios e pouco úteis e a ocupação indisciplinada de algumas áreas do espaço amazônico, decorrente de migrações internas descontroladas, estão produzindo um clima de inquietação e perplexidade sobre a forma como a Amazônia está sendo integrada à vida nacional. Efetivamente, os controvertidos resultados da ilusão agropecuária em região de selva, os efeitos ambientais mal previstos e mal controlados das grandes obras hidroelétricas (Tucuruí e outras menores) e da exploração mineral desenfreada (Amapá, Trombetas e, um pouco menos, Carajás, cuja implantação já convive com o crescimento da sensibilidade à ecologia) e as perspectivas da explosiva ocupação agrária de Rondônia vêm despertando ultimamente a consciência nacional, levando-a a entender que é preciso repensar a Amazônia e rever os velhos clichês de nossa visão ufanista sobre ela.

Não se trata de cultivar a idéia de Amazônia santuário, de Amazônia pulmão mundial, esta, aliás, já superada, de Amazônia reserva da humanidade. Nada disso. Trata-se apenas de repensá-la de modo a orientar seu desenvolvimento por parâmetros que não degradem sua capacidade de prover vida digna para sua população, propósito prioritário, e que lhe permitam contribuir para a economia nacional, propósito complementar, respeitando controladamente o

que a natureza construiu em milhões de anos. É óbvio que a preservação da natureza não poderá ser 100% absoluta, mas é necessário pensar nela de modo que a economia se fundamente numa racionalidade que a leve em consideração, sem exageros utópicos, nem descaso irresponsável e incompetente.

A Amazônia foi integrada ao espaço lusobrasileiro pela atração da exploração não predatória de especiarias vegetais, que lhe proporcionou, aliás, seu curto período de grande relevância: o do ciclo da borracha, alicerçado em extração diluída no espaço e no transporte fluvial, que não facilita a ocupação danosa da terra, porque as hidrovias permitem em especial a ocupação das várzeas, reconhecidamente mais propícias para a agricultura. Já as grandes experiências agressoras da natureza, hoje sabidamente mais frábil do que se poderia deduzir de sua imagem impressionante, como Belterra e Fordlândia, Jari e a própria Transamazônica (com suas agrovilas...) fracassaram, como corre o risco de fracassar o atual surto de ocupação desordenada de Rondônia, e estão fracassando as grandes fazendas pecuárias fundamentadas nos incentivos fiscais e na extensiva substituição da mata pelo capim. As conseqüências do uso de um solo cuja capacidade de fornecer nutrientes às plantas está diretamente ligada à existência da própria floresta, tornam-se incertas, colocando-se em risco o meio ambiente e causando grandes prejuí-

zos aos investidores, na maioria das vezes a própria sociedade, subsidiária destas empreitadas.

Quanto às explorações minerais, como a do manganês do Amapá e a da bauxita do Trombetas, não se pode dizer que elas tenham sido ou estejam sendo um fracasso econômico para as empresas; contudo, vale a dúvida: são efetivamente benéficas para a Amazônia e seu povo, ou mesmo para o Brasil, em grau capaz de justificar o ônus da deterioração da natureza?

Sabe-se que é originária de países de clima tropical a maior parte da diversidade genética que tem permitido ao homem o desenvolvimento de novos cultivares visando o aumento de produtividade. A Amazônia é uma das regiões com maior concentração de espécies e variedades vegetais diferentes. Destes fatos, pergunta-se: qual a quantidade e o valor do material genético perdido no desenvolvimento “a todo custo” que se tem promovido na Amazônia? Qual a quantidade e o valor do material genético perdido nas grandes derrubadas de matas ou na criação de grandes barragens?

Portanto, embora seja absurda uma atitude cegamente antidesenvolvimentista, é preciso parametrar o desenvolvimento, ao menos por enquanto, pela prudência. Precisamos ampliar nosso conhecimento sobre a Amazônia, pesquisando suas peculiaridades e idiossincrasias, que já demonstraram não contemporizar com a incapacidade humana de bem compreendê-las, especialmente de bem compreender os limites a que se pode chegar na agressão à natureza. O tipo de desenvolvimento e os grandes empreendimentos a serem implementados nas várias microrregiões amazônicas (micro em termos amazônicos...) devem ser ajustados ao conhecimento que se venha a ter desses limites. Em particular, é preciso preceder qualquer implementação de empreendimento de grande vulto por avaliação do seu impacto ambiental; essa precaução deve ser requisito indispensável para a concessão de incentivos fiscais e de aprovação de projetos de qualquer natureza.

As avaliações de impacto ambiental devem abordar os aspectos a nível de impactos ecológico, social, econômico e de risco à saúde pública, devendo passar sobretudo pelo interesse da população envolvida.

Os impactos sociais decorrentes do “progresso” da Amazônia devem ser amplamente avaliados. Alguns estudos têm indicado que cidades maiores da região apresentam freqüências de desnutrição mais acentuadas que pequenas comunidades ribeirinhas. Estas comunidades vivem

em precário equilíbrio ecológico, que se rompe com o chamado “progresso”.

Assim, enquanto não conhecermos o suficiente para decidir bem, precisamos nos conformar com um desenvolvimento modesto, que enfatize a agropecuária nas várzeas, a pecuária nos campos naturais, a indústria extrativa não predatória (borracha, cacau etc.), a indústria madeireira em escala igualmente não predatória (serrarias de médio e pequeno porte, dispersas), a pesca artesanal e o transporte aquaviário (ainda que complementado por estradas vicinais de ligação aos portos). Os projetos de extração mineral precisam ser sofrados em ritmo que não produza grandes deteriorações ambientais irreversíveis, até que se disponha de conhecimentos suficientes para ampliá-los em segurança.

Tudo isso pode parecer excessivamente cerceativo para a Amazônia e o Brasil em geral, mas antes de se aceitar este juízo precisamos responder à pergunta: que proveito duradouro tiveram projetos como os de Ford no Tapajós, de Ludwig no Jari e a própria Transamazônica? As grandes fazendas pecuárias, destruidoras da selva, apresentam evidência de serem empreendimentos úteis e seguros? Qual tende a ser o saldo real, com longa permanência no tempo, da exportação do manganês do Amapá que depredou a selva da área de onde ele foi extraído? Uma honesta avaliação disso tudo provavelmente concluirá pelo acerto da prudência acima preconizada, a qual condiciona a diversificação e aceleração do desenvolvimento por inúmeros fatores, positivos e negativos, ainda mal conhecidos. Provavelmente concluirá, também, que devemos respeitar a natureza construída em milhões de anos, ao menos enquanto não se dispuser de firmes convicções científicas sobre o que acontecerá com sua extensiva deterioração e sobre como controlar a evolução ambiental conseqüente. Os grandes erros neste campo são irreversíveis: a ciência do fim do século XX, de que tanto se orgulha o “homem sábio”, não poderá substituir a evolução natural, medida em escala de tempo inimaginável sob a perspectiva da humana.

Muitos amazônicos e brasileiros em geral tendem a interpretar essa prudência como sendo parte de uma política que visualizaria a conservação da Amazônia em nível de subdesenvolvimento útil para preservá-la como reserva natural e mercado “colonial”, em proveito de regiões e países desenvolvidos. Esta interpretação decorre da ignorância ou da distorção viciada por interesses econômicos cegos aos interesses gerais da comunidade. Decididamente, não há porque

dar a essa interpretação a mínima receptividade, que carece de valor seja intelectual, seja ético, seja econômico-social, se encararmos este último em termos de um "longo prazo responsável". O desenvolvimento cria problemas ambientais próprios e, enquanto não equacionamos suas soluções, precisamos ter a coragem de discipliná-lo em ritmo que não produza ameaça de desastres irreversíveis. □

Artigo recebido em 30/jul/87.

Aceito para publicação em 01/out/87.

Autor

Murilo Xavier Flores — pesquisador e chefe adjunto de apoio ao Centro Nacional de Pesquisa e Defesa da Agricultura — CNPDA/Embrapa, Rodovia Campinas-Mogi Mirim, km 127,5. CEP 13820 Jaguariúna, SP